

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 - CDH

Senhora Presidente,

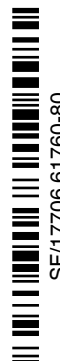
Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater **“O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos”**

Na Semana passada foi largamente anunciado que o corte orçamentário realizado pelo Governo inviabilizará o combate ao trabalho escravo e infantil.

A falta de orçamento impedirá a atuação em campo de fiscais que dependem de veículos, combustível, alimentação, serviço adequado de telefonia, sobretudo para percorrer longas distâncias para apurar denúncias de trabalho escravo e infantil, situações geralmente encontradas em localidades muito distante.

Em 4 de julho do ano passado, realizamos aqui nesta Comissão Audiência Pública com representantes das autoridades estatais que fiscalizam o trabalho escravo e dos agentes policiais federais que acompanham as operações. Naquela ocasião, todos os participantes clamaram por mais segurança e melhores condições de trabalho.

Infelizmente, o Governo além de não atender o pleito, impõe um corte orçamentário que vai precarizar ainda mais as condições de trabalho,



SF/17706.61760-80

sucatear órgãos de investigação e, por fim, inviabilizar o combate ao trabalho escravo e infantil.

Nesta casa tramita o PLS 432/2013, que modifica a conceituação do que é trabalho escravo moderno. É um retrocesso social, por não considerar como trabalho análogo ao escravo aquele em que as pessoas são submetidas à jornada exaustiva ou em extrema degradância. Por sorte, sou o relator e apresentei na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um substitutivo com diversas correções, inclusive essa.

Os convidados serão indicados posteriormente.

Sala da Comissão,

Senador **Paulo Paim**

PT/RS



SF/17706.61760-80